



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE RECEITA E GOVERNO

Telefones: (65) 3613-7593 / 7129 / 7692 / 7186

e-mail: secex-receita@tce.mt.gov.br

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO SIMULTÂNEO - LOA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PROCESSO N.º:	1708/2020
PRINCIPAL:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL
CNPJ:	03.507.571/0001-05
ASSUNTO:	LEI ORCAMENTARIA ANUAL
OBJETO:	LEI MUNICIPAL Nº 888 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019
ORDENADOR DE DESPESAS	CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA
RELATOR:	LUIZ CARLOS AZEVEDO COSTA PEREIRA
MUNICÍPIO DO FISCALIZADO:	ACORIZAL
NÚMERO OS:	973/2021
EQUIPE TÉCNICA:	ALVINA CANDIDA PROENCA DA CRUZ TAQUES



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. DA ANÁLISE	2
2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)	3
2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)	3
2.3. Destaque dos recursos do orçamento (art.165, §5º da CF)	4
2.4. Alterações Orçamentárias	5
3. CONCLUSÃO	5
3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	6
APÊNDICE - A - Ausência de Disponibilidade da Lei e seus Anexos no Portal	8



1. INTRODUÇÃO

O orçamento público é uma lei na qual devem estar presentes as prioridades do governo em consonância com as necessidades da sociedade. Para que a elaboração da peça orçamentária contemple as necessidades da sociedade, é muito importante a consolidação sistemática de ações participativas no processo orçamentário e nas definições das prioridades das políticas de governo.

A elaboração da Lei Orçamentária Anual -LOA deve manter consonância com a Constituição Federal/88, a Lei Federal 4.320/4964 e a Lei Complementar 101/2000, ser orientada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e compatibilizada com o Plano Plurianual (PPA).

Diante disso, trata-se o processo de acompanhamento simultâneo relativo a Lei Municipal nº 888, de 18 de dezembro de 2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de ACORIZAL para o exercício financeiro de 2020 quanto aos aspectos de elaboração em consonância com o art. 165 da Constituição Federal, Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64 e Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no tocante a realização de audiência pública na elaboração e discussão; publicação e ampla divulgação da lei; destaque dos recursos do orçamentos e critérios para as alterações orçamentárias.

Os documentos que subsidiaram a análise contemplam:

- Lei Municipal nº 888, de 18 de dezembro de 2019 – LOA/2020
- Comprovação de publicação da LOA no Jornal da AMM nº 3394 de 10/01/2020.

2. DA ANÁLISE

A Lei Municipal 888/2020 que dispõe sobre o orçamento de ACORIZAL estima a receita e fixa a despesa em R\$ 20.316.000,00 para o exercício de 2020, assim distribuídos:

Quadro 1 - Distribuição da LOA/2020	
Órgão	Valor R\$
PODER LEGISLATIVO	R\$ 890.000,00
Câmara Municipal	R\$ 890.000,00
ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO	R\$ 17.860.000,00
Prefeitura Municipal	R\$ 17.860.000,00
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO PODER EXECUTIVO	R\$ 1.566.000,00
Fundo de Previdência Social dos Servidores Públicos	R\$ 1.566.000,00
OUTROS	R\$ 0,00

LOA/2020



2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)

A audiência pública é uma das formas de participação e de controle popular da Administração Pública no Estado Social e Democrático de Direito. Ela propicia à sociedade a troca de informações com o administrador público, bem como o exercício da cidadania e o respeito ao princípio da transparência na gestão da coisa pública e sua previsão consta no art. 48, § 1º, I, da LRF.

1) Em consulta efetuada ao Portal Transparência da Prefeitura (<https://www.acorizal.mt.gov.br/Transparencia/>, acesso em 15/03/2021), verificou-se que a audiência pública para apresentação e discussão do projeto da referida lei não foi realizada, em descumprimento ao artigo 48, § 1º, I, da LRF. DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 48, 1º, inc. I da LRF

1.1) Em consulta efetuada via Sistema APLIC deste Tribunal, verificou-se que o Jurisdicionado não encaminhou o Edital de Convocação para participação e nem a Ata de realização da audiência pública, bem como a lista de assinatura dos participantes da audiência para apresentação e discussão da Lei Orçamentária Anual, e quanto ao Portal Transparência da Prefeitura (<https://www.acorizal.mt.gov.br/Transparencia/>, acesso em 15/03/2021), verificou-se também que o jurisdicionado não disponibilizou o Edital e a Ata de Realização da Audiência Pública no site do município em para apresentação e discussão do projeto da referida lei, em descumprimento ao artigo 48, § 1º, I, da LRF. - DB08

Não comprovação da divulgação do Edital de Convocação e da Ata de realização da audiência pública de discussão e apresentação da LOA referente ao exercício de 2020 enviado pelo Jurisdicionado pelo Sistema APLIC do Tribunal, bem como, ausência de disponibilização dos documentos no site do município.

2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)

O artigo 37 da Constituição Federal elenca o princípio da publicidade como um dos princípios a serem observados pela Administração Pública. Consiste na obrigação de divulgação dos atos oficiais, documentos ou informações em meio oficial, podendo ser o Diário Oficial do Ente ou outro que o Chefe do Poder Executivo decreta como oficial (Diário Oficial do Estado, Diário Oficial de Contas ou Jornal Oficial da AMM).

No caso de leis orçamentárias, além da publicidade é exigida a ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos, como instrumento de transparência da gestão fiscal nos termos do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, **aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos** de acesso público: os planos,



orçamentos e **leis de diretrizes orçamentárias**; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

Apresenta-se a seguir informações quanto a publicação e a ampla divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias:

Quadro 2 – Publicação e divulgação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Meio de Divulgação	Local	Data
Diário Oficial	Jornal da AMM nº 3381	20/12/2019

APLIC, Diários Oficiais e Portal Transparência

A Lei Orçamentária Anual foi publicada em meio oficial Jornal da AMM, art. 37 CF (<https://diariomunicipal.org/mt/amm/publicacoes/625441/>), todavia, não foi disponibilizada a lei e seus anexos no Portal Transparência da Prefeitura (ampla divulgação inclusive em meios eletrônicos – art. 48, LRF).

Destaca-se que a LOA/2020 foi protocolada neste Tribunal de Contas sob o nº 1708/2020 em 14/01/2020, portanto, dentro do prazo estabelecido no art. 166, II, da Resolução Normativa TCE 14/2007 (Regimento Interno), que determina o prazo final de envio dessa peça de planejamento até o dia 15 de janeiro de cada ano.

1) Não houve divulgação da LOA no Portal Transparência do Município de Acorizal, conforme estabelece o art. 37, CF e art. 48, LRF. DB08.

Dispositivo Normativo:

Art. 37, CF e art. 48, LRF

1.1) *Constatou-se que a LOA/2020 do município de Acorizal foi publicada, por meio oficial, porém não foi disponibilizada a lei e seus anexos no Portal da Transparência da Prefeitura - DB08*

Em consulta ao Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - Jornal da AMM nº 3394 de 10/1/2020, foi publicada a Lei Municipal nº 888 de 19 de dezembro de 2020 - (LOA/2020) do município de Acorizal. Porém não foi constatada sua divulgação no site da Prefeitura - Portal da Transparência, a lei orçamentária e seus anexos obrigatórios integrante a lei, em desconformidade com o art. 48 da LC nº 101/2000, conforme demonstrando no Apêndice em anexo, acessado em 15/03/2021.

2.3. Destaque dos recursos do orçamento (art.165, §5º da CF)

A Constituição Federal, no art. 165, inciso III e § 5º, determina que lei de iniciativa do Poder Executivo estabeleça o orçamento anual, o qual compreenderá o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes dos Entes Federativos, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; o Orçamento de Investimento das empresas em que os Entes, direta ou indiretamente,



detenham a maioria do capital social com direito a voto; e o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.

A LOA/2020, em seu artigo 1º, estima receita e fixa despesa no montante de R\$ 20.316.000,00. Este valor é desdobrado, no artigo 1º, § 2º nos seguintes orçamentos:

- Orçamento Fiscal: R\$ 13.896.542,64;
- Orçamento da Seguridade Social: R\$ 6.419.457,36

1) O texto da lei destaca os recursos dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos (art. 165, § 5º da CF).

2.4. Alterações Orçamentárias

Publicada a Lei Orçamentária Anual (LOA), pode-se verificar a necessidade de ajustar a programação originalmente aprovada pelo Poder Legislativo e sancionada pelo Poder Executivo. Esses ajustes caso sejam feitos, alteram de alguma forma a posição inicial da LOA e se dividem em créditos adicionais (suplementares, especiais e extraordinários de acordo com art. 41, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) e outras alterações orçamentárias.

O Artigo 5º da Lei Orçamentária Anual/2020 do município de Acorizal, para o exercício de 2020 autoriza o Poder Executivo a abrir no curso da execução orçamentária, créditos adicionais suplementares por anulação até o **limite de 10%** (dez por cento) assim transcritos:

Artigo 5º da Lei Orçamentária Anual/2020 do município de ACORIZAL, para o exercício de 2020 autoriza o Poder Executivo a abrir no curso da execução orçamentária, créditos adicionais suplementares por anulação até o limite de 10% (dez por cento), conforme inciso **III** - *Abrir créditos adicionais e suplementares, até o limite de 10% (trinta por cento) da despesa orçada no art. 4º desta Lei, utilizando como fonte de recursos a anulação parcial ou total de dotações, assim como excesso de arrecadação ou superávit financeiro, nos termos do artigo 43 § 1º, Inciso I, II e III.*

1) Não consta na LOA autorização para transposição, remanejamento e transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, obedecendo assim, ao princípio da exclusividade (art. 165, §8º, CF/1988)

3. CONCLUSÃO



Esta análise teve o intuito de verificar a conformidade da Lei nº 888 de 18/12/2019 – Lei Orçamentária Anual com o que determina a Constituição Federal, Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei nº 4320 de 17 de março de 1964.

A análise permitiu inferir que:

- Não foram observados os preceitos legais de elaboração quanto a:
 - o Realização de audiências públicas no processo de discussão e elaboração;
 - o Realização de ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, da

Lei Orçamentária Anual

CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA - ORDENADOR DE DESPESAS / Período: 01/01/2020 a 31/12/2020

1) DB08 GESTÃO FISCAL/FINANCEIRA_GRAVE_08. Ausência de transparência nas contas públicas, inclusive quanto à realização das audiências públicas (arts. 1º, § 1º, 9º, § 4º, 48, 48-A e 49 da Lei Complementar 101/2000).

1.1) *Em consulta efetuada via Sistema APLIC deste Tribunal, verificou-se que o Jurisdicionado não encaminhou o Edital de Convocação para participação e nem a Ata de realização da audiência pública, bem como a lista de assinatura dos participantes da audiência para apresentação e discussão da Lei Orçamentária Anual, e quanto ao Portal Transparência da Prefeitura (<https://www.acorizal.mt.gov.br/Transparencia/> , acesso em 15/03/2021), verificou-se também que o jurisdicionado não disponibilizou o Edital e a Ata de Realização da Audiência Pública no site do município em para apresentação e discussão do projeto da referida lei, em descumprimento ao artigo 48, § 1º, I, da LRF. - Tópico - 2.1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal)*

1.2) *Constatou-se que a LOA/2020 do município de Acorizal foi publicada, por meio oficial, porém não foi disponibilizada a lei e seus anexos no Portal da Transparência da Prefeitura - Tópico - 2.2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal)*

3.1. PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

Pelo exposto, com base no que dispõe o art. 152 do Regimento Interno deste Tribunal, submetem-se os autos à consideração superior, propondo as seguintes medidas preliminares:

- a) Juntar este relatório de acompanhamento ao Processo de Contas Anuais de Governo do Município de ACORIZAL – exercício de 2020 para subsidiar a análise referente aos atos de Governo do exercício mencionado;
- b) Propor a equipe que elaborará o Relatório de Contas de Governo do Município de ACORIZAL – exercício de 2020:

b.1) a inclusão da irregularidade a seguir relacionada no Relatório Técnico Preliminar para notificação, com base no artigo 256, § 2º, do Regimento Interno desta Corte, ao Exmo. Prefeito (a) senhor (a) CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA :

1.1) *Em consulta efetuada via Sistema APLIC deste Tribunal, verificou-se que o Jurisdicionado não encaminhou o Edital de Convocação para participação e nem a Ata de realização da audiência pública, bem como a*



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE RECEITA E GOVERNO

Telefones: (65) 3613-7593 / 7129 / 7692 / 7186

e-mail: secex-receita@tce.mt.gov.br

lista de assinatura dos participantes da audiência para apresentação e discussão da Lei Orçamentária Anual, e quanto ao Portal Transparência da Prefeitura (<https://www.acorizal.mt.gov.br/Transparencia/> , acesso em 15/03/2021), verificou-se também que o jurisdicionado não disponibilizou o Edital e a Ata de Realização da Audiência Pública no site do município em para apresentação e discussão do projeto da referida lei, em descumprimento ao artigo 48, § 1º, I, da LRF. - Tópico: 2. 1. Audiências Públicas (Art. 48, § 1º, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal);

1.2) Constatou-se que a LOA/2020 do município de Acorizal foi publicada, por meio oficial, porém não foi disponibilizada a lei e seus anexos no Portal da Transparência da Prefeitura - Tópico: 2. 2. Publicação e Ampla Divulgação (art. 37, Constituição Federal, art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal).

Em Cuiabá-MT, 19 de Março de 2021.

ALVINA CANDIDA PROENÇA DA CRUZ TAQUES
TECNICO DE CONTROLE PÚBLICO EXTERNO
COORDENADORA DA EQUIPE TÉCNICA



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE RECEITA E GOVERNO

Telefones: (65) 3613-7593 / 7129 / 7692 / 7186

e-mail: secex-receita@tce.mt.gov.br

APÊNDICE - A - Ausência de Disponibilidade da Lei e seus Anexos no Portal

APÊNDICE - A

Ausência de Disponibilidade da Lei e seus Anexos no Portal



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE RECEITA E GOVERNO

Telefones: (65) 3613-7593 / 7129 / 7692 / 7186

e-mail: secex-receita@tce.mt.gov.br

APÊNDICE – A

Browser tabs: Tribunal de Conta, Bem vindo a Intra, Espaço do Contro, Acesso ao Sistem, correção OS 973, Prefeitura Munic, Portal Transparê.

URL: acorizal.mt.gov.br/Transparencia/

Navigation: Apps, blogger Paine... Estante Virtual: Livr..., Estácio, UNIASSELVI, Home | Passei Direto, Univen, myHerbalife.com, PP Palavra Prudente, Outros favoritos, Lista de leitura

Links: Retornar ao Site [1], Ir até o conteúdo [2], Ir até o menu [3], Ir até o busca [4], Acessibilidade [5], Alto Contraste [6], Mapa do Site [7], A+ A- A-

PORTAL TRANSPARÊNCIA

Prefeitura Municipal de Acorizal

Pesquisar! Localizar

1 Escolha o Assunto > 2 Escolha o item > 3 Baixe ou visualize documento

Assuntos

COVID-19	LEGISLAÇÃO	PLANEJAMENTO
CONTAS PÚBLICAS	ESCALAS MÉDICAS	GESTÃO DE PESSOAS
LICITAÇÕES E CONTRATOS	OUTROS SERVIÇOS	OUVIDORIA
FALE CONOSCO	TELEFONES/ENDEREÇOS/HORÁRIO	FAQ - PERGUNTAS FREQUENTES

URL: https://www.acorizal.mt.gov.br/Transparencia/Faq/



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DE RECEITA E GOVERNO

Telefones: (65) 3613-7593 / 7129 / 7692 / 7186

e-mail: secex-receita@tce.mt.gov.br

Tribunal de Conta: x Bem vindo a Intra: x Espaço do Control: x Acesso ao Sistem: x correção OS 973: x Prefeitura Municip: x LOA Prefeitura de: x

acorizal.mt.gov.br/Transparencia/Planejamento/Loa/ Apps blogger Painel do B... Estante Virtual: Livr... Estácio UNIASSELVI Home | Passei Direto Univen myHerbalife.com Palavra Prudente Outros favoritos Lista de leitura



PORTAL TRANSPARENCIA

Prefeitura Municipal de Acorizal

1 Escolha o Assunto



2 Escolha o item



3 Baixe ou visualize documento

Planejamento > > LOA

Ano

Selecione o Ano

Mês

Escolha o Mês

Categoria

Escolha o Categoria

Subcategoria

Escolha o Categoria

Numero do documentos

Numero do Documento

Título do documento

Título do Documento

Informações do documentos

Informações